



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v14.1084>

Entre Hegel e Foucault: análise de um discurso filosófico¹

Between Hegel and Foucault: analysis of a philosophical discourse

Sergio Ricardo Antunes de Souza²

Resumo

O artigo faz uma análise comparativa entre a lógica-dialética de Hegel e arqueologia de Foucault. Examina a origem de ambos os métodos filosóficos sob a perspectiva de cada pensador, além de descrever o objeto e o conteúdo por eles investigado. Em seu proceder comparativo, demarca semelhanças e diferenças que configuram os dois métodos. Como questão de fundo, visa responder em que medida pode se realizar uma aproximação ou distanciamento entre as duas filosofias. Define, sempre que possível, as zonas de interseção e os pontos de divergência que marcam o pensar hegeliano e o saber foucaultiano.

Palavras-chave: Método. Lógica. Arqueologia. Dialética. Pensar. Saber.

Abstract

The paper establishes a comparative analysis between Hegel's dialectical logic and Foucault's archaeology. It examines the origin of both philosophical methods from the perspective of each thinker, as well as description of the object and content investigated by them. In its comparative procedure, it demarcates the similarities and differences that configure the two methods. In its fundamental question, it aims to answer to how extend an approximation or distance between the two philosophies can take place. It defines, whenever possible, the intersection zones and points of divergence that mark Hegelian thinking and the Foucaultian knowledge.

Keywords: Method. Logic. Archaeology. Dialectics. Think. Know.

Introdução

O presente artigo é movido pela tentativa de estabelecer uma análise comparativa, ainda que propedêutica, entre o pensamento filosófico de Hegel e

¹ Artigo apresentado como requisito de aprovação no Seminário de Filosofia e Interdisciplinaridade VIII, ministrado pelo Prof. Dr. Agemir Bavaresco junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Curso de Mestrado da PUCRS.

² Mestrando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduado em Filosofia pela mesma instituição.

E-mail: sergio.ricardo@acad.pucrs.br; <https://orcid.org/0000-0002-7206-4578>

Foucault. A pesquisa no texto hegeliano circunscreve-se nas páginas iniciais do primeiro livro da *Ciência da Lógica, a Doutrina do ser*. Em relação à obra foucaultiana, optamos por examinar, principalmente, *A Arqueologia do Saber*.

Preliminarmente, analisaremos as principais características do discurso lógico-dialético de Hegel. Para isso, faremos uma breve exposição sobre como o filósofo justifica o desenvolvimento do conteúdo da lógica. No mesmo sentido, descreveremos a estrutura nuclear que impulsiona o movimento no interior do método dialético hegeliano.

Na sequência, examinaremos os pontos mais importantes do domínio discursivo de Foucault, concedendo primazia àqueles que podem ser mais úteis aos propósitos desse artigo. Para tanto, trataremos do *enunciado* foucaultiano e da importância que a função enunciativa desempenha nas formações discursivas.

Por último, faremos uma correlação entre o saber de Foucault e o pensar de Hegel. A intenção aqui é demonstrar a ideia de devir do saber presente na filosofia foucaultiana e relacioná-la com o movimento do pensar hegeliano. A partir dessa articulação, pretendemos apresentar os aspectos mais significativos que indiquem o distanciamento, ou alguma proximidade, no modo de filosofar de ambos os pensadores.

1 O discurso lógico-dialético de Hegel

Nas primeiras linhas do prefácio da primeira edição da *Ciência da Lógica* [1812], Hegel evidencia sua insatisfação com o tratamento conferido à lógica da qual é contemporâneo. Embora ele reconheça a significativa contribuição da filosofia de Kant na elevação do modo de pensar, não se furta a expor sua crítica à *Crítica*. Em particular, naquilo que considera como a abertura operada pelo método kantiano: a possibilidade de edificação de uma base teórica que permite justificar a “renúncia ao pensar especulativo” no domínio científico.³

Ao analisar o pensamento kantiano, Hegel encontra as bases da estrutura argumentativa que fundamentará sua apologia a uma nova lógica. Sua posição tem origem em uma causa bem específica. Hegel se opõe à crença de Kant de que a *coisa-*

³ HEGEL, G.W.F. **Ciência da lógica. A Doutrina do Ser**. Trad. Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores: Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 25.

em-si é incognoscível. Desse modo, e não por acaso, o método proposto pelo filósofo traz em si a intenção de superar esta “insuficiência” que caracterizaria a epistemologia kantiana.

A outra crítica de Hegel que destacamos, se apõe a anterior: sua contrariedade com aquilo que ele denomina de “pedagogia moderna”. Na perspectiva hegeliana, o abandono da metafísica, ao pensar especulativo, também é decorrente da primazia concedida ao interesse por conhecimentos relacionados às necessidades mais imediatas [e úteis] à vida prática do homem. Em seu entendimento, tal fato, inevitavelmente, traria como consequência o testemunhar de um “espetáculo singular de ver um povo culto sem Metafísica”.⁴

Com essa breve exposição, apresentamos o núcleo das ideias a partir das quais pretendemos explorar o discurso lógico-dialético que Hegel apresenta em *Ciência da Lógica*. Para delimitar o alcance de nosso empreendimento, fixamos nossa análise nos dois prefácios e na introdução do livro.

1.1 O conteúdo da lógica

O projeto filosófico imbricado na lógica de Hegel é permeado por pretensões ambiciosas, como por exemplo, a de não “pressupor nenhuma dessas formas de reflexão ou regras e leis do pensar, pois elas constituem uma parte de seu próprio conteúdo e têm apenas de ser fundamentadas no interior delas”⁵. E aqui, Hegel não está a tratar apenas do fundamento do próprio método científico em si, mas contempla nessa asserção o fundar mesmo do “*conceito da ciência em geral*”⁶. Em outros termos, Hegel postula uma ciência que possa dar a si mesma o seu próprio conteúdo, que se autoconstitua a partir de si e na medida que se desenvolve por meio daquilo que lhe é interior.

Nesse contexto, o filósofo indica o método da ciência [lógica], seu objeto e o conteúdo dos quais ela irá se ocupar, uma vez que, como já sabemos, nada dela pode ser presumido [exceto, ao que parece, essa condição]. E qual seria o objeto de conhecimento e o método que percorre o domínio epistemológico da lógica hegeliana? Para Hegel, o objeto da lógica, não é nada mais nem nada menos do que

⁴ Ibidem, p. 25.

⁵ Ibidem, p. 45.

⁶ Ibidem, p. 45.

o próprio *pensar*, uma pensar qualitativo que ele define como o *pensar conceituante*.⁷ Curiosamente, o próprio filósofo esclarece que, o conteúdo da lógica que propõe não é de todo imediatamente vazio.

[...] é inapropriado dizer que a lógica abstrai de todo conteúdo, que ela apenas ensina as regras do pensar, sem poder se dedicar ao pensado e levar em conta a sua constituição. Pois, uma vez que o pensar e as regras do pensar devem ser seu objeto, ela já possui assim imediatamente seu conteúdo peculiar; com isso, ela também tem aquele segundo elemento constitutivo do conhecimento, uma matéria, de cuja constituição ela se ocupa.⁸

Assim, Hegel garante à sua lógica a possibilidade do uso de algum conteúdo que lhe seja imediato, uma abertura que o autoriza a configurar uma unidade possível entre a forma e a matéria. É nesse aspecto que, para Hegel, podem ser superadas as representações utilizadas pelo modelo precedente ⁹, [mal] compreendidas por serem apartadas ou julgadas suficientes, posto que se fixam entre posições distintas e distantes. Seja por aquela que define o sujeito como sendo capaz de conhecer o objeto, algo que lhe é estranho e exterior, presente na filosofia de Kant, quer seja na do Eu Absoluto, que deriva da intuição do EU “como aquilo a que não se pode mais abstrair, e que [...] se autopõe como princípio último de todo o saber”¹⁰, defendido por Fichte.

1.2 O método dialético de Hegel

Conforme vimos, a lógica de Hegel deve ignorar pressupostos. Por consequência, tanto seu conteúdo quanto seu método devem resultar de sua autofundamentação. Para isso, o “*método* tem de ser aquele por meio do qual ela é unicamente capaz de ser ciência pura”¹¹. Não nos parece supérfluo, mencionar que a exigência por um método livre de pressuposições acompanha a tradição filosófica alemã desde Fichte, e em Hegel, apresenta uma continuidade ¹² singular. Em

⁷ Ibidem, p. 45.

⁸ Ibidem, p. 46.

⁹ Ibidem, p. 46.

¹⁰ NICOLAU, M.F.A. **O ser como começo da Ciência: a Ciência da Lógica** de Hegel. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. p. 13. Disponível em: [Descrição: O ser como começo da Ciência: a Ciência da Lógica de Hegel \(ibict.br\)](#). Acesso em: 19 jun. 2021.

¹¹ Cf. HEGEL, G.W.F. Obra citada, p. 56.

¹² Cf. NICOLAU, M.F.A. Obra citada, p. 10.

especial, pela firme disposição demonstrada pelo filósofo, quando sugere que a única possibilidade da filosofia se desenvolver, enquanto ciência, está diretamente vinculada com a necessidade de reformulação da própria lógica. Tal assertiva, na perspectiva hegeliana, implica em uma relação de interdependência epistemológica entre filosofia e lógica, na medida que estas passam a compartilhar de um mesmo método, “pois o método é a consciência sobre a forma do automovimento interior do seu conteúdo”.¹³

A única coisa para ganhar a progressão científica [...] é o conhecimento do princípio lógico de que o negativo é igualmente positivo ou que o que se contradiz não se dissolve no que é nulo, no nada abstrato, mas essencialmente apenas na negação de seu conteúdo particular ou que uma tal negação não é toda negação, mas a negação da Coisa determinada que se dissolve, com o que é negação determinada; que, então, no resultado está contido essencialmente aquilo do qual resulta [...]. Na medida em que o que resulta, a negação, é negação determinada, ela possui um conteúdo. Ela é um novo conceito, mas conceito mais elevado, mais rico do que o precedente[...].¹⁴

Hegel tem convicção de que seu método é o único verdadeiro, pois ele não é diferente, nem do objeto que investiga, tampouco do conteúdo que, a partir dele mesmo, é capaz de determinar. Para ao filósofo, seu método “é o conteúdo em si, a *dialética que tem nele mesmo* que o move progressivamente”¹⁵. Nesse contexto, pode-se evidenciar o princípio motor que gera o movimento contínuo na lógica hegeliana: a dialética. No mesmo sentido, se destaca a centralidade da influência desse modo de proceder no pensar especulativo hegeliano.

Concisamente, parece adequado inferir que dialética de Hegel se consolida a partir de um estágio relacional entre dois termos opostos. Um primeiro que se afirma, portanto positivo, e um outro que a ele se contrapõe, negando-o. Dessa relação entre opostos deriva-se um terceiro termo, uma unidade constituída no e a partir do interior desse relacionar recíproco. Esse resultado, a unidade, como sugere Hegel, só é possível pela negação do segundo termo já negado. Logo, o terceiro termo corresponde a uma negação da negação e, portanto, constitui uma nova determinação. Consequentemente, “na medida em que o que resulta, a negação, é negação determinada, ela possui um conteúdo. Ela é um novo conceito, mas

¹³ Cf. HEGEL, G.W.F. Obra citada, p. 56.

¹⁴ Ibidem, p. 57.

¹⁵ Ibidem, p. 57.

conceito mais elevado, mais rico do que o precedente”¹⁶. Demonstra-se, assim, que a dialética hegeliana é de outra ordem. Compartilhando das palavras de Inwood, podemos dizer que Hegel a concebe “como a autocrítica autônoma e o desenvolvimento do objeto de estudo, de por exemplo, uma forma de CONSCIÊNCIA ou um conceito”¹⁷. Nesse caso, não “envolve um diálogo entre dois pensadores ou entre um pensador e o seu objeto de estudo”¹⁸, como na dialética platônica, por exemplo. Também lhe é estranha, como diz Mora, aquela dialética que Parmênides usa para demonstrar “que como consequência de *O que é é* e *O que não é não é*, tudo o que seja (ou é) não muda, pois se mudasse se transformaria em ‘outro’”¹⁹.

2 O domínio discursivo de Foucault

Em linhas gerais, podemos afirmar que a pesquisa que Foucault empreende em *A Arqueologia do Saber* descreve o modo como o discurso se constitui enquanto prática, e a maneira como os elementos que o integram são formados. De certa forma, é um discurso que propõe uma “reflexão sobre o próprio discurso”.²⁰ Ao expor as características do procedimento exploratório que propõe em seu livro, o filósofo de Poitiers coloca sob suspeição o tipo de análise histórica tradicionalmente utilizado pela história das ideias e sugere um outro método, que ele mesmo irá desenvolver²¹.

Imbricada nessa proposição, está o interesse do filósofo em formular uma teoria²² que fundamente o método de análise histórica que pretende usar para

¹⁶ Ibidem, p. 57.

¹⁷ INWOOD, M. **Dicionário Hegel**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 99. *E-book*.

¹⁸ Ibidem, p. 99.

¹⁹ MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia – Tomo I (A-D)**. Tradução: Maria Stela Gonçalves et al. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 719.

²⁰ FOUCAULT, M. et. al. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 9.

²¹ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 166. Arqueologia é o nome que Foucault escolhe para o método de análise histórica que propõe. Muito embora o filósofo já o tenha utilizado em dois livros que antecederam *A Arqueologia do Saber*, é na peculiar abordagem que faz nesse último, que nos referimos. É nele que a análise arqueológica é aplicada para descrever os enunciados, os elementos do discurso e suas regras de formação.

²² FOUCAULT, M. et. al. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 17. Na entrevista que concede a S.P.R., Foucault afirma que não considera sua Arqueologia uma teoria ou uma metodologia. Pelo menos, não completamente ou no sentido e rigor que os termos exigem.

descrever as práticas discursivas. Sumariamente, são essas, as razões que guiam a investigação de Foucault.

Seu objetivo principal é definir e explicar os critérios pelos quais as formações discursivas podem ser individualizadas e isoladas em conjuntos observáveis; o modo pelo qual elas se circunscrevem em certos campos ou níveis de saber; e, por fim, quais são as possíveis regras de formação que permitem o aparecimento de seus elementos. Isso posto, para tentar compreender minimamente a proposta de Foucault, iniciaremos pelo enunciado, a menor parte individualizável de seu discurso, o fundamento a partir do qual ele mesmo se desenvolve.

2.1 O enunciado

Preliminarmente, Foucault apresenta o enunciado como a parte mais elementar do discurso. A menor parte constitutiva identificável em uma formação discursiva, conforme ele mesmo define em *A Arqueologia do Saber*. Uma característica fundamental do enunciado foucaultiano é a de que ele não compartilha do mesmo gênero da frase. Nesse sentido, no entendimento do filósofo, o enunciado prescinde da estrutura linguística da qual a frase é, necessariamente, dependente. Por isso, ainda que se verifique uma relação de muita proximidade entre frase e enunciado, não se deve admitir uma “equivalência total”²³ entre ambos. Significa assumir que, se de um lado, é plenamente possível haver enunciados que não sejam frases, no sentido oposto, isso não ocorre. Assim, é razoável concluir que uma frase, individualmente demarcada, é um enunciado, porém, nem todo o enunciado, necessariamente, é uma frase.

Outro dado interessante do enunciado foucaultiano, é que ele também não contempla os critérios que regem a formulação ou a identidade das proposições lógicas. A referência neste caso, é ao valor de verdade que pode a elas ser atribuído. Para justificar sua asserção, Foucault afirma que mesmo havendo uma equivalência

²³ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 104. Foucault dá vários exemplos de enunciados que não apresentam correspondência com uma frase. Em um deles, descreve a série de letras enumeradas de um manual de datilografia francês: “A, Z, E, R, T”. O equivalente ao nosso “Q, W, E, R, T, Y”.

lógica entre duas proposições, no nível dos enunciados, esta equivalência não está garantida, tampouco o potencial de permutabilidade entre ambas.²⁴

Foucault considera o enunciado como o “átomo do discurso”²⁵, em um sentido que o eleva ao nível de uma função. Função essa, que ele busca dissociar das regras estruturais da gramática e da lógica formal, uma vez que entende que o enunciado não se submete aos limites impostos pelos atos de formulação. No entanto, o filósofo não desvincula a função enunciativa de um referencial, de um sujeito, de um domínio associado e de uma existência material.²⁶ Tampouco admite que a função enunciativa se exterioriza em uma forma geral, neutra, livre, e muito menos, independente.²⁷

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola.²⁸

No procedimento descritivo que realiza, o filósofo faz emergir o enunciado como um acontecimento de natureza singular e que se articula com um conjunto de signos, “cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”.²⁹ É esta emergência exterior do enunciado que o inscreve na superfície material que torna possível sua historicidade. Por sua vez, é no “lugar determinado e vazio”³⁰ de sua abertura, que se funda o espaço que pode ser reivindicado pelo sujeito.

Nessa perspectiva, o enunciado aparece como uma espécie de nó, que se liga e interliga-se a outros enunciados em uma rede “de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas”³¹ e que são

²⁴ Ibidem, p. 97-101. Referência aos exemplos “Ninguém ouviu” e “é verdade que ninguém ouviu”. A primeira proposição é analisada no contexto de um romance e se abre para diferentes possibilidades de compreensão, quer seja a de “uma constatação feita pelo autor, seja por um personagem”. A segunda, só pode ser considerada em relação a outros enunciados e “constitui um monólogo interior, uma contestação consigo mesmo ou um fragmento de diálogo”.

²⁵ Ibidem, p. 98-100. Pelo menos, na abordagem inicial do conceito.

²⁶ Ibidem, p. 110-121.

²⁷ Ibidem, p. 120.

²⁸ Ibidem, p. 121.

²⁹ Ibidem, p. 105.

³⁰ Ibidem, p. 115.

³¹ Ibidem, p. 110.

imprescindíveis para circunscrever a unidade discursiva. Dito de outra forma, o discurso foucaultiano só pode se constituir a partir da individualização de um conjunto de enunciados, os quais, por sua vez, se estabelecem através de uma teia de relações complexas e de regras específicas de formação.

2.2 As formações discursivas

Foucault formula quatro hipóteses para explicar as relações que existem entre os enunciados e o modo pelo qual elas determinam as condições que permitem agrupá-los na superfície descritível do discurso. Por questões metodológicas, utiliza como exemplo as “grandes famílias de enunciados”³², cuja unidade convencionou-se determinar por medicina, gramática e economia política. Usa da estratégia analítica para definir a extensão e os limites do domínio discursivo que irá explorar. A primeira hipótese metodológica que apresenta, é a possibilidade de “se referirem a um único e mesmo objeto”.³³ Foucault submete a hipótese à prova quando busca individualizar enunciados em torno do “objeto loucura”³⁴ e percebe que isto é impraticável.

Sua segunda alternativa consiste em individualizar um grupo de relações entre enunciados a partir de “sua forma e seu tipo de encadeamento”.³⁵ Para tentar demonstrar essa possibilidade, o olhar de Foucault direciona-se para a ciência médica do século XIX. Sua premissa é a de que a partir do século XIX, a medicina passou a se constituir em torno de um mesmo “*corpus* de conhecimentos”³⁶, pelo menos, aparentemente. Para Foucault, isso seria o indicativo de que a medicina “se organizava como uma série de enunciados descritivos”³⁷ e, portando, isso responderia seu problema de forma satisfatória. Curiosamente, não foi esse o resultado que obteve.

É na análise da gramática que se dá a terceira investida de Foucault. Sua empreitada para especificar o ponto comum que une os enunciados, supõe encontrar, num único sistema de conceitos, a condição que daria o rigor e a

³² Ibidem, p. 45-46.

³³ Ibidem, p. 39.

³⁴ Ibidem, p. 39.

³⁵ Ibidem, p. 41.

³⁶ Ibidem, p. 41.

³⁷ Ibidem, p. 41.

coerência exigida à unidade discursiva. Em seu próprio julgamento, a resposta que obtém sinaliza para outra conclusão:

Entretanto, talvez fosse descoberta uma unidade discursiva se a buscássemos não na coerência dos conceitos, mas em sua emergência simultânea ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade. Não buscaríamos mais, então, uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos para explicar todos os outros e introduzi-los no mesmo edifício dedutivo; tentaríamos analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão.³⁸

Em sua última tentativa hipotética, o filósofo opta por explorar a identidade temática como possível elemento de ligação entre os enunciados.

Mais do que buscar a permanência dos temas, das imagens e das opiniões através do tempo, mais do que retraçar a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas?³⁹

Supreendentemente, Foucault rejeita a hipótese quase que imediatamente após formulá-la. Entretanto, ela nos dá uma ideia de que o uso do método dialético não lhe é totalmente estranho. O filósofo conclui, então, que não é possível individualizar um discurso a partir de um mesmo domínio de objetos; pela forma e tipo normativo de seus enunciados; pelo sistema de conceitos que apresenta; e, pela coerência interna em torno de uma mesma temática.⁴⁰

O resultado da pesquisa de Foucault o permite introduzir a base de sua tese sobre a descontinuidade das formações discursivas. A partir dela, delimita seu horizonte de busca no qual irá explorar a superfície de emergência dos enunciados e suas formas de dispersão.⁴¹ É o que nos parece claro, quando diz:

Daí a ideia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições

³⁸ Ibidem, p. 43.

³⁹ Ibidem, p. 45.

⁴⁰ Ibidem, p. 46.

⁴¹ Ibidem, p. 43.

assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas.⁴²

Fica demonstrado, dessa forma, que as condições necessárias de existência que se impõem aos elementos da unidade discursiva (objetos, tipos de enunciação, conceitos e temas), são estritamente dependentes de “regras de formação”.⁴³ Por consequência, e sob a tutela do filósofo, pode-se dizer que há um discurso quando em um dado conjunto de enunciados identifica-se um “semelhante sistema de dispersão”.⁴⁴ Isso significa que, se de um lado, a origem do discurso é determinada pela descrição de seus enunciados, por outro, pode-se assumir que a análise discursiva se dá a partir da identificação de certas relações que regem os elementos que lhe são intrínsecos (as modalidades enunciativas, os objetos, os conceitos e as escolhas temáticas/teóricas). Tais relações, por seu turno, operam de forma simultânea no interior do sistema de dispersão dos enunciados, na regularidade dos elementos do discurso, e, na definição de suas regras de formação.

Assim, compreender a unidade discursiva, enquanto pertencente a um domínio particular, só se torna viável “se formos capazes de determinar as regras específicas segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos, opções teóricas”.⁴⁵

3 Entre o saber e o pensar

3.1 O devir do saber

Inicialmente, parece um pouco contraproducente fazer uma abordagem comparativa dos textos de Hegel e de Foucault aqui analisados. Talvez, porque a impressão mais imediata é a de que há um distanciamento completo entre ambos, que, teoricamente, é facilmente percebida na diferença de método que utilizam, no objeto que estudam ou no conteúdo filosófico que se propõem a pesquisar.

Em *A Arqueologia do Saber*, por exemplo, Foucault utiliza um método próprio de análise histórica, a *arqueologia*⁴⁶, para explorar o conjunto das práticas

⁴² Ibidem, p. 46.

⁴³ Ibidem, p. 47.

⁴⁴ Ibidem, p. 47.

⁴⁵ Ibidem, p. 85.

⁴⁶ Ibidem, p. 166. Embora Foucault tenha utilizado o termo nos dois livros que antecederam *A Arqueologia do Saber*, é no sentido que ele usa nesse último que nos restringimos. Nele, a análise

discursivas que para ele tornam possíveis os diferentes tipos ou níveis de saber. Nesse percurso, investiga e descreve as condições de possibilidade do saber, aqui entendido como um discurso historicamente situado e que deriva de práticas sociais. Para o analista e observador foucaultiano, há uma distância intransponível entre o sujeito, o objeto e o conteúdo de sua exploração, posto que são exteriores a si e à sua arqueologia.

Ao mesmo tempo em que abdica de uma clivagem inicial, em nível epistemológico, das práticas discursivas, Foucault funda a abertura que o permite introduzir uma concepção bastante singular de saber, que pode ser traduzida como a condição de possibilidade do próprio conhecimento. Assim, para o filósofo francês, um saber é tudo “aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva”.⁴⁷ Por consequência, para Foucault, há uma relação intrínseca entre saber e ciência, entre prática discursiva e conhecimento.

No mesmo no liame em que fixa as relações entre os elementos de um saber, ainda que não haja ou se exija o mesmo rigor requerido em um domínio científico, Foucault não renuncia a certos pressupostos. Logo, um saber, enquanto derivado de uma prática discursiva, tem de abarcar:

[...] domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso[...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam[...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...].⁴⁸

Nesses termos, Foucault consolida o entendimento de que há uma relação necessária entre uma prática discursiva e um saber, que, rigorosamente, não é da mesma ordem da que se estabelece entre um saber e o tipo de conhecimento que irá constituir uma ciência. Assim, “há saberes que são independentes das ciências [...], mas não pode haver saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”.⁴⁹

arqueológica é aplicada para descrever os enunciados, os elementos do discurso e suas regras de formação.

⁴⁷ Ibidem, p. 219.

⁴⁸ Ibidem, p. 219-220.

⁴⁹ Ibidem, p. 220.

3.2 O movimento do pensar

Em relação à lógica hegeliana, vimos que ela possui como objeto o pensar e suas determinações. Se Foucault, por sua vez, está interessado no *átomo do discurso* e na forma como ele pode ser individualizado e agrupado nas unidades identificáveis das práticas discursivas, o escopo do interesse filosófico de Hegel é marcado por um momento anterior ao tipo de saber que Foucault investiga. Enquanto a arqueologia foucaultiana analisa a realidade a partir daquilo que lhe é exterior, e tenta abstrair ao máximo a subjetividade do interior de sua descrição arqueológica, Hegel, na direção contrária, constitui o princípio de sua filosofia a partir de um método autossuficiente, que tem a pretensão de desenvolver a si e o próprio conteúdo, e que considera a realidade, como imanente ao próprio sujeito.

Isso é endossado por Hegel quando ele explica o aspecto formal do puro pensar representando-o esquematicamente por uma figura de três *lados*: o primeiro, refere-se ao *lado abstrato* ou do *entendimento*; o segundo, constitui o *dialético* ou *negativamente-racional*; e, o terceiro, compreende o *especulativo* ou *positivamente racional*. Para Hegel, essa representação não implica no entendimento de que esses elementos “constituem três *partes* da Lógica, mas são *momentos* de *todo* [e qualquer] *lógico-real*, isto é, de todo conceito ou de todo verdadeiro em geral”.⁵⁰

No mesmo sentido, Inwood expõe que há três etapas bem definidas no método lógico-dialético de Hegel:

(1) Um ou mais conceitos ou categorias são considerados fixos, nitidamente definidos e distintos uns dos outros. Esta é a etapa do ENTENDIMENTO. (2) Quando refletimos sobre tais categorias, uma ou mais contradições emergem nelas. Esta é a etapa propriamente dialética, ou da RAZÃO dialética ou negativa. (3) O resultado dessa dialética é uma nova categoria, superior, que engloba as categorias anteriores e resolve as contradições nelas envolvidas. Esta é a etapa de ESPECULAÇÃO ou razão positiva (Enc. I, §§79-82).⁵¹

Gadamer, em uma perspectiva similar, também destaca três elementos nucleares da dialética hegeliana:

⁵⁰ HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas**: em compêndio (1830) – a Ciência da Lógica. Tradução: Paulo Menezes, com a colaboração de José Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1995. p. 159.

⁵¹ INWOOD, M. **Dicionário Hegel**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 99-100. *E-book*.

1) que o pensar é pensar de algo em si mesmo, ou seja, para si mesmo; 2) que este pensar enquanto tal é o conjunto de determinações contraditórias; e 3) a unidade, fruto do próprio processo do pensamento dessas determinações contraditórias, enquanto são suprassumidas nessa unidade, possui a natureza própria de si mesma⁵².

Nesse contexto, infere-se que, em sua dinamicidade, o *pensar puro* de Hegel é constituído por três momentos específicos que integram um mesmo e único sistema especulativo. Enquanto unidade, é o princípio responsável por organizar processos mentais distintos que interagem em diferentes níveis de complexidade, cada qual atuando como um verdadeiro operador lógico que autofundamenta a explicação de si e da realidade. Sobre o momento dialético, Hegel ainda nos diz que, em geral, ele é “o princípio de todo o movimento, de toda a vida, e de toda atividade na efetividade [...] é também a alma de todo o conhecer verdadeiramente científico”⁵³.

Aqui, talvez, resida a principal zona de intersecção entre as filosofias de Hegel e de Foucault, desde que admitamos que, mesmo esse puro pensar hegeliano, livre de pressupostos, não está fora da linguagem. E se, e somente se, o movimento dialético do pensar de Hegel é linguagem, logicamente, também é uma prática discursiva. Assim, conforme ensina Foucault, se no “domínio científico”⁵⁴ se investiga o conhecimento, no “território arqueológico”⁵⁵, explora-se o saber. Portanto, é nesse território arqueológico que se desdobra um espaço amplo e aberto, apto para acomodar todas as práticas discursivas, independentemente do valor epistemológico que possam, ou não, alcançar. É no interior dessa dimensão que a análise arqueológica tem a pretensão de “mostrar, positivamente, como uma ciência se inscreve e funciona no elemento do saber”⁵⁶. E na abertura desse espaço, vemos a possibilidade de Hegel e Foucault se encontrarem.

⁵² GADAMER, H.G. **La dialéctica Hegel** – Cinco ensayos hermenéuticos. 5. ed. Tradução: Manuel Garrido. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000 apud NICOLAU, M.F.A. Obra citada, p. 42-43.

⁵³ Cf. HEGEL, G.W.F. Obra citada, p. 163.

⁵⁴ Cf. FOUCAULT, M. Obra citada, p. 221.

⁵⁵ Ibidem, p. 221.

⁵⁶ Ibidem, p. 223. Foucault também explora, nessa parte do livro, a relação entre ideologia e saber. Optamos por não abordar o tema para não desviarmos do objetivo da pesquisa.

Considerações finais

Ao logo deste artigo, percorremos uma rota íngreme e tortuosa em direção ao pensamento filosófico de Hegel e Foucault. Tentamos, na medida do possível, fazer o mínimo de desvios. Assim, constatamos que Hegel, a partir de uma insatisfação pessoal com o tratamento dispensado à lógica e das críticas que faz à Kant, propõe a reformulação da lógica, elevando-a à condição de ciência do próprio pensar. A singularidade do projeto hegeliano funda-se no postulado da não aceitação de pressupostos em sua filosofia. Isso significa que, o método, o objeto, e, o conteúdo de sua lógica, se auconstituem em si e a partir de si, através de um pensar qualitativo que Hegel define como *pensar conceituante*. Assim, a dialética hegeliana, enquanto método filosófico, se efetiva como o princípio motor que gera o movimento contínuo e progressivo da lógica de Hegel.

Na sequência, demonstramos que na filosofia do discurso de Foucault, está presente sua insatisfação com o método de análise histórica tradicional, caracterizada pela primazia que concede ao sujeito e pela valorização da continuidade histórica, o que lhe confere um caráter teleológico. Aqui, expusemos dois aspectos que servem de comparação entre os dois filósofos. Um de semelhança, identificado na gênese ou motivo comum para a criação de um método filosófico próprio, e outro, de diferença, já que Hegel, ao contrário de Foucault, não abdica da subjetividade no interior de seu método, tampouco o afasta da formulação de seu conteúdo.

Explicamos que a função enunciativa é compreendida por Foucault como o *átomo do discurso*, a parte mais elementar da prática discursiva. Em seguida, evidenciamos que o enunciado não se exterioriza em uma forma geral, neutra ou mesmo independente: ele é o resultado de múltiplas relações entre outros enunciados, os quais que se estabelecem na medida que se afirmam ou se negam, em uma espécie de “dialética discursiva”. No mesmo sentido, vimos que há um discurso quando um conjunto determinado de enunciados deriva-se de um semelhante sistema de dispersão.

Por último, fizemos uma correlação entre o saber de Foucault e o pensar de Hegel. Nesse procedimento analítico, a pesquisa procurou demonstrar a ideia de que há um devir do saber na filosofia foucaultiana, bem como, o seu aparente contraste com o movimento do pensar hegeliano. Por meio dessa articulação,

julgamos ter conseguido destacar os aspectos mais significativos pretendidos em nossa análise.

Em uma palavra, poderíamos dizer que, evidenciou-se que o puro pensar de Hegel se desenvolve em um domínio de cientificidade, enquanto o saber de Foucault opera em um espaço mais amplo e aberto, no qual a ciência hegeliana se encontra aí circunscrita. Um espaço que o filósofo francês denomina de *território arqueológico*. Esse espaço abarcaria todas as práticas discursivas, sem distinção do valor epistemológico que possam ou não obter. Concluimos, então, que é na abertura do espaço ofertado pelo território foucaultiano, que se inaugura a possibilidade de ambas as filosofias se encontrarem.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. et. al. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

GADAMER, H.G. **La dialéctica Hegel** – Cinco ensayos hermenéuticos. 5. ed. Tradução: Manuel Garrido. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

HEGEL, G.W.F. **Ciência da lógica. A Doutrina do Ser**. Trad. Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores: Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 57.

HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas: em compêndio (1830) – a Ciência da Lógica**. Tradução: Paulo Menezes, com a colaboração de José Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

INWOOD, M. **Dicionário Hegel**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. *E-book*.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia – Tomo I (A-D)**. Tradução: Maria Stela Gonçalves et al. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

NICOLAU, M.F.A. **O ser como começo da Ciência**: a *Ciência da Lógica* de Hegel. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: Descrição: O ser como começo da Ciência: a Ciência da Lógica de Hegel (ibict.br). Acesso em: 19 jun. 2021.

Recebido em: 13/12/2022.
Aprovado em: 13/01/2023.
Publicado em: 02/03/2023.